

TEORIA GERAL *do* PROCESSO CONTEMPORÂNEO

ANDRÉ PAGANI DE SOUZA
ANDREA BOARI CARACIOLA
CARLOS AUGUSTO DE ASSIS
LUÍS EDUARDO SIMARDI FERNANDES
LUIZ DELLORE



atlas

SUMÁRIO

.....

DIREITO, LIDE E PROCESSO	1
1.1. Direito, convivência social e conflito	1
1.2. Conflito de interesses e o conceito de lide	3
1.3. Direito, conflito, lide e processo.....	4
FORMAS DE SOLUÇÃO DOS LITÍGIOS.....	7
2.1. Evolução histórica dos meios de solução	7
2.1.1. Autotutela	7
2.1.2. Autocomposição	8
2.1.3. A arbitragem. Sua evolução e o surgimento da jurisdição estatal	9
2.2. As formas de solução dos litígios vistas numa perspectiva atual	9
2.2.1. O Poder Judiciário não é o único responsável pela solução dos conflitos.....	9
2.2.2. A autocomposição hoje em dia.....	12
2.2.2.1. A autocomposição obtida através da conciliação	15
2.2.2.2. A autocomposição atingida através da mediação	16
2.2.3. Heterocomposição.....	17
2.2.3.1. Arbitragem.....	18
2.2.3.2. A jurisdição estatal, exercida através do processo	19
3 DIREITO MATERIAL E DIREITO PROCESSUAL.....	21
4 DIREITO PROCESSUAL.....	27
4.1. Conceito e denominação	27
4.2. Evolução científica e autonomia.....	28
4.3. Posição enciclopédica.....	32
4.4. Unidade e divisão.....	32

5	BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO	35
5.1.	Introdução.....	35
5.2.	Antecedentes: processos romano, bárbaro, canônico e lusitano	36
5.2.1.	Processo romano.....	36
5.2.2.	Processo bárbaro (visigótico) e canônico	38
5.2.3.	Processo lusitano.....	40
5.3.	Processo brasileiro	42
5.4.	Código de Processo Civil de 2015 (NCPC).....	46
6	PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	53
6.1.	Introdução: conceito e relevância dos princípios (Andrea Boari Caraciola)	53
6.1.1.	Constitucionalização do processo	53
6.1.2.	Sistema principiológico e o NCPC	56
6.1.2.1.	Sistema.....	56
6.1.2.2.	Princípios.....	57
6.1.3.	Princípios e o direito processual civil.....	58
6.2.	Acesso à justiça e efetividade do processo (Andrea Boari Caraciola).....	60
6.3.	Devido processo legal (Andrea Boari Caraciola)	65
6.4.	Contraditório, ampla defesa e vedação da decisão surpresa (Andrea Boari Caraciola)	67
6.5.	Inércia da jurisdição, dispositivo, demanda, impulso oficial e congruência da tutela jurisdicional (Andrea Boari Caraciola).....	72
6.6.	Duração razoável do processo (Andrea Boari Caraciola).....	79
6.7.	Princípio da boa-fé (Andrea Boari Caraciola)	82
6.8.	Cooperação (André Pagani de Souza).....	85
6.9.	Princípio da isonomia (Luís Eduardo Simardi Fernandes).....	88
6.10.	Princípio da publicidade (Luís Eduardo Simardi Fernandes)	91
6.11.	Princípio da motivação das decisões judiciais (Andrea Boari Caraciola)	92
6.12.	Princípio do juiz natural (Luís Eduardo Simardi Fernandes).....	96
6.13.	Princípio do duplo grau de jurisdição (Luís Eduardo Simardi Fernandes)	97
6.14.	Vedação das provas obtidas por meio ilícito (Andrea Boari Caraciola)	99
6.15.	Livre convencimento motivado (Andrea Boari Caraciola).....	101
7	FORMAS DE EXPRESSÃO DO DIREITO PROCESSUAL: A LEI DO PROCESSO.....	105
7.1.	Interpretação da norma processual.....	107
7.2.	Integração.....	110
7.3.	Eficácia no espaço e no tempo	111
7.3.1.	Eficácia da norma processual no espaço.....	111
7.3.2.	Eficácia da norma processual no tempo	111
7.3.2.1.	Processos em curso por ocasião do início da vigência da lei processual nova	112

8	INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	115
9	JURISDIÇÃO	119
	9.1. Conceito.....	119
	9.2. Problemas modernos envolvendo o conceito de jurisdição	123
	9.3. Jurisdição estatal: características e princípios.....	124
	9.4. Espécies de jurisdição.....	128
	9.5. A jurisdição voluntária.....	131
	9.6. Espécies de tutela jurisdicional estatal.....	134
	9.6.1. Conceito de tutela jurisdicional	134
	9.6.2. Tutela jurisdicional classificada segundo a sua eficácia	135
	9.6.3. Tutela provisória e tutela definitiva	137
	9.7. Mecanismos não estatais de solução de conflitos: conciliação, mediação e arbitragem.....	139
	9.7.1. Conciliação	140
	9.7.2. Mediação	141
	9.7.3. Arbitragem.....	143
10	DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL.....	149
	10.1. Limites da jurisdição	149
	10.2. Cooperação internacional	151
	10.2.1. Auxílio direto.....	152
	10.2.2. Cartas rogatórias.....	153
11	ALGUMAS NOÇÕES QUANTO À ESTRUTURA JURISDICIONAL BRASILEIRA (MAGISTRATURA, MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA).....	155
	11.1. Contextualização.....	155
	11.2. Magistratura.....	156
	11.2.1. Justiça Comum Estadual.....	161
	11.2.2. Justiça Comum Federal.....	162
	11.2.3. Juizados Especiais Cíveis, Federais e da Fazenda Pública (justiça comum).....	163
	11.2.4. Justiça do Trabalho	165
	11.2.5. Justiça Eleitoral.....	166
	11.2.6. STF e STJ.....	166
	11.2.7. CNJ	168
	11.3. Ministério Público	169
	11.4. Advocacia e Defensoria Pública	172
12	COMPETÊNCIA	177
	12.1. Conceito.....	177
	12.2. Critérios.....	179
	12.3. Competência absoluta	181
	12.3.1. Competência em razão da matéria.....	181
	12.3.2. Competência em razão da pessoa.....	183

12.3.3.	Competência funcional.....	185
12.4.	Competência relativa.....	186
12.4.1.	Competência em razão do valor.....	187
12.4.2.	Competência territorial.....	187
12.4.2.1.	Regras de fixação de competência territorial.....	188
12.5.	Modificações da competência territorial.....	190
12.5.1.	Perpetuatio jurisdictionis.....	190
12.5.2.	Conexão e continência.....	192
12.5.3.	Acessoriedade.....	194
12.5.4.	Foro de eleição.....	195
12.6.	Incompetência.....	196
12.7.	Conflito de competência.....	198
13	AÇÃO	201
13.1.	Natureza jurídica da ação.....	201
13.1.1.	A teoria imanentista (ou civilista) da ação.....	201
13.1.2.	Teoria da ação como direito concreto.....	203
13.1.3.	Teoria da ação como direito abstrato.....	203
13.1.4.	Algumas conclusões sobre a natureza jurídica da ação.....	206
13.2.	Caracteres do direito de agir. O conceito de ação.....	208
13.3.	Elementos da ação (ou da demanda).....	210
13.3.1.	Partes.....	211
13.3.2.	Causa de pedir.....	211
13.3.3.	Pedido.....	213
13.3.3.1.	Cumulação de pedidos.....	214
13.3.4.	Identificação dos elementos da demanda. A importância prática dos elementos da demanda. A congruência.....	216
13.4.	A estabilização da demanda.....	217
13.5.	Classificação das ações.....	218
13.6.	Condições da ação.....	219
13.6.1.	Generalidades.....	219
13.6.2.	O desaparecimento da possibilidade jurídica do rol das condições da ação.....	220
13.6.3.	Interesse processual.....	222
13.6.4.	Legitimidade de parte (“legitimatio ad causam”).....	224
13.6.5.	Teoria da asserção.....	227
13.6.6.	Falta de condição da ação.....	230
14	A EXCEÇÃO (DEFESA)	231
14.1.	Conceito.....	231
14.2.	Classificação.....	234
15	PROCESSO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	237
15.1.	Processo.....	237
15.1.1.	Conceito.....	237

15.1.2.	Natureza Jurídica	239
15.1.3.	Caracteres da relação jurídica processual	242
15.2.	Pressupostos processuais	244
15.2.1.	Pressupostos processuais como espécies de requisitos para apreciação do mérito	244
15.2.2.	Conceito	245
15.2.3.	Função	246
15.2.4.	Classificação	248
15.2.5.	Pressupostos processuais de existência ou constituição do processo	251
15.2.6.	Pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo	254
15.2.7.	Pressupostos processuais negativos	257
15.2.8.	Regime jurídico: matérias de ordem pública?	258
16	SUJEITOS DO PROCESSO	263
16.1.	Sujeitos principais. Autor e réu	263
16.1.1.	Aspectos conceituais e terminológicos	263
16.1.2.	Aquisição da qualidade de parte	265
16.1.3.	Direitos, obrigações, deveres, ônus e responsabilidades das partes	266
16.2.	O juiz, seus poderes e deveres	271
16.2.1.	Características, garantias e vedações	271
16.2.2.	Poderes e deveres do juiz no processo	274
16.2.2.1.	Os poderes-deveres do art. 139	277
16.2.3.	Responsabilidade do juiz	279
16.3.	O Ministério Público	280
16.3.1.	Características, garantias, vedações e responsabilidade	280
16.3.2.	Sua atuação no processo civil	281
16.4.	O advogado	283
16.4.1.	Função no processo	283
16.4.2.	Regime jurídico: direitos, deveres, forma de atuação e responsabilidade	284
16.4.3.	Defensoria Pública e a Advocacia Pública	285
16.5.	Sujeitos secundários do processo	286
17	REGIME FINANCEIRO DO PROCESSO	289
17.1.	Responsabilidade por dano processual (André Pagani de Souza)	289
17.2.	Custas processuais e honorários advocatícios (André Pagani de Souza)	290
17.3.	A questão da gratuidade da justiça (Luiz Dellore)	294
17.3.1.	Quem pode ser beneficiário da justiça gratuita	295
17.3.2.	Despesas e custas abrangidas pela gratuidade da justiça	296
17.3.3.	Justiça gratuita parcial (art. 98, § 5º) e parcelamento das despesas (art. 98, § 6º)	298
17.3.4.	Momento e forma de requerimento da gratuidade	299

18	LITISCONSÓRCIO	303
18.1.	Conceito e classificação	303
18.2.	Litisconsórcio facultativo	306
18.2.1.	Hipóteses	306
18.2.2.	Recusa do litisconsórcio	309
18.2.3.	O problema do litisconsórcio ulterior	310
18.3.	Litisconsórcio necessário	312
18.4.	Litisconsórcio unitário e litisconsórcio comum	315
18.5.	Regime jurídico	316
19	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	317
19.1.	Considerações gerais (Carlos Augusto de Assis)	317
19.2.	Assistência (Carlos Augusto de Assis)	318
19.2.1.	Conceito e procedimento	318
19.2.2.	A assistência simples	320
19.2.3.	A assistência litisconsorcial	322
19.3.	Denúnciação da lide (Carlos Augusto de Assis)	324
19.3.1.	Conceito e noções gerais	324
19.3.2.	Hipóteses de cabimento	326
19.3.3.	Não obrigatoriedade	327
19.3.4.	Procedimento	328
19.3.5.	Questões polêmicas, resolvidas ou não pelo novo CPC	329
19.3.5.1.	Posição do denunciado em relação à demanda original	329
19.3.5.2.	Denúnciação da lide e introdução de fundamento novo	331
19.3.5.3.	Denúnciação sucessiva? Denúnciação <i>per saltum</i> ?	332
19.4.	Chamamento ao processo (Carlos Augusto de Assis)	333
19.4.1.	Conceito	333
19.4.2.	Hipóteses de chamamento	334
19.4.3.	Procedimento	335
19.4.4.	Situações especiais	336
19.5.	O <i>amicus curiae</i> (Carlos Augusto de Assis)	338
19.5.1.	Natureza, função e previsão no ordenamento jurídico	338
19.5.2.	Forma de atuação	341
19.6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (André Pagani de Souza)	342
20	PROCEDIMENTO	345
20.1.	Diferença entre processo e procedimento	345
20.2.	Necessidade de procedimentos diversos. O direito material e os procedimentos	347
20.3.	Classificação dos procedimentos	349
21	ATOS PROCESSUAIS	353
21.1.	Noções gerais (Carlos Augusto de Assis)	353
21.2.	Natureza jurídica, caracteres e classificação (Carlos Augusto de Assis)	355
21.3.	Modo, lugar e tempo dos atos processuais (Carlos Augusto de Assis)	357

21.3.1.	Generalidades: a forma do ato processual	357
21.3.2.	Exigências de modo	358
21.3.3.	Atos processuais praticados eletronicamente.....	358
21.3.4.	Exigências de lugar e tempo	361
21.3.5.	A instrumentalidade das formas.....	362
21.3.6.	Prazos dos atos processuais	364
21.4.	Existência, validade e eficácia do ato processual. Os vícios do ato processual (Carlos Augusto de Assis)	368
21.5.	Comunicação dos atos processuais (Luiz Dellore).....	374
21.6.	Negócio jurídico processual (André Pagani de Souza).....	378
22	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	383
22.1.	Contextualização.....	383
22.2.	Formação do processo de conhecimento.....	384
22.2.1.	Estabilização da demanda (NCPC, art. 329)	385
22.2.2.	Desenvolvimento válido e regular do processo	386
22.2.3.	Ausência de requisitos de formação e desenvolvimento do processo	386
22.3.	Suspensão do processo.....	387
22.3.1.	Hipóteses de suspensão do processo (parte geral do NCPC)	389
22.3.2.	Hipóteses de suspensão do processo (parte especial do NCPC: processo de execução)	398
22.4.	Extinção do processo.....	402
22.4.1.	Hipóteses de extinção do processo (parte geral do NCPC)	403
22.4.2.	Hipóteses de extinção do processo (parte especial – processo de conhe- cimento)	404
22.4.2.1.	Decisão sem resolução do mérito (NCPC, art. 485).....	404
22.4.2.2.	Decisão com resolução do mérito (NCPC, art. 487)	413
22.4.3.	Extinção do processo (parte especial – processo de execução)	417
	BIBLIOGRAFIA	421